

A FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA E O CAMPO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL: RELATO DE EXPERIÊNCIA EM UM ESTÁGIO DOCENTE

The psychology training and the social welfare field: experience report in a teaching stage

Daniela Cecilia Grisoski – Universidade Federal do Rio Grande do Sul /Brasil

Sandra Regina Galvão – Universidade Tecnológica Federal do Paraná/Brasil

Rafael Bianchi Silva – Universidade Estadual de Londrina/Brasil

RESUMO: Este artigo tem como base as experiências de um estágio docente realizado no ano de 2018 em um Programa de Pós-Graduação em Psicologia em uma Instituição de Ensino Superior (IES). O mesmo tem o intuito de problematizar o modo com que a Assistência Social é eventualmente abordada na formação de psicólogas(os), partindo da perspectiva dos relatos de experiência do estágio em questão. A análise de dados foi composta a partir dos conteúdos discutidos ao longo do estágio, bem como foi realizada uma análise teórica referente à formação de futuras(os) psicólogas(os) e a abordagem da Assistência Social em suas formações. Com a realização dessas análises, pudemos perceber certa carência no que diz respeito à abordagem da Assistência Social na formação de psicólogas(os) na IES que tomamos como referência. Desta forma, frisamos a necessidade da inclusão de disciplinas, pesquisas e projetos voltados à política de Assistência Social, tendo em conta que os futuros profissionais da Psicologia que possam vir a atuar em serviços socioassistenciais contem com apoio para o enfrentamento de desafios cotidianos, trocas de vivências, articulações entre áreas do conhecimento, e possam reconhecer-se no lugar do outro, sendo essa uma atividade tão importante quanto os conhecimentos teóricos e práticos adquiridos ao longo da graduação.

Palavras-chave: Formação em Psicologia. Serviços Socioassistenciais. SUAS.

ABSTRACT: This article is based on the experiences of a teaching internship carried out in a Graduate Program in Psychology at a Higher Education Institution (HEI). It aims to problematize the way in which Social Assistance is eventually approached in the training of psychologists, from the perspective of the experience reports of the stage in question. The data analysis was composed from the contents discussed during the internship, as well as a theoretical analysis regarding the training of future psychologists and the approach of Social Assistance in their training. With the realization of these analyzes, we were able to perceive a certain lack with regard to the approach of Social Assistance in the training of psychologists (the) in the HEI that we take as a reference. Thus, we emphasize the need to include disciplines, research and projects focused on Social Assistance policy, taking into account that future Psychology professionals who may come to work in social assistance services have support to face daily challenges, exchanges of experiences, articulations between areas of knowledge, and can recognize themselves in the place of the other, this being an activity as important as the theoretical and practical knowledge acquired during graduation.

Keywords: Psychology training. Social Assistance Services. SUAS.

1. INTRODUÇÃO

O campo da Assistência Social, enquanto política pública, teve sua formação após a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil do ano de 1988. Em 1993, com o decreto da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), instituiu-se a Assistência Social como um direito social, regido por princípios e diretrizes. Toda essa formalização da política e da constituição do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) ocorreu, sobretudo, a partir da IV Conferência Nacional da Assistência Social (2003) que aprovou uma nova agenda política que visou reordenar as diferentes ações que vinham sendo realizadas no âmbito da Assistência Social. Esse processo foi ampliado a partir de 2004, com a aprovação a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) que possui como principais funções a proteção social, a vigilância socioassistencial e a defesa de direitos, organizando-se a partir de um sistema público descentralizado e participativo (BRASIL, 2004).

Oliveira, Dantas, Solon e Amorin (2011) destacam que o SUAS é, nos termos da lei, um mecanismo que organiza ações, preceitos e procedimentos, previstos na LOAS e na PNAS. Atualmente, a Assistência Social brasileira faz parte do cenário de políticas públicas ligado ao sistema de seguridade social (junto com as políticas de Saúde e Previdência Social), o qual defende a cidadania e o acesso aos direitos sociais, assegurando a garantia à proteção social (NERY, 2018).

O SUAS divide-se em dois diferentes níveis de proteção social: básica e especial. Os dispositivos responsáveis pela proteção social básica coordenam e executam serviços ligados à prevenção social. Por sua vez, a proteção social especial visa executar ações que reestabelecem os direitos violados de sujeitos que mantêm seus vínculos familiares e comunitários, bem como atua com sujeitos que tiveram seus vínculos familiares e comunitários rompidos, necessitando de apoio integral, como moradia, por exemplo (BRASIL, 2004).

A Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH/SUAS), trouxe a previsão de contratação de psicólogas(os) para atuação nas equipes de referência tanto da proteção social básica quanto da especial. Ainda que, anteriormente a essa publicação, já houvesse a participação desses profissionais nos serviços socioassistenciais, a NOB-RH/SUAS possibilitou uma ampliação do número de contratados nesse campo (CORDEIRO; CURADO, 2017).

De acordo com Costa e Cardoso (2010, p.225), o papel, tanto de psicólogos quanto de assistentes sociais, em serviços socioassistenciais, consiste em “[...] uma atuação interdisciplinar, na qual assistentes sociais e psicólogos tem a função de criticar a realidade, debatendo o papel da assistência social e das políticas sociais na garantia dos direitos e na qualidade de vida da população”. As autoras ainda destacam que cabe aos profissionais da Psicologia dar especial atenção às dimensões subjetivas dos usuários destes serviços, desenvolvendo funções de facilitadores no que diz respeito aos processos de proteção social.

Quanto ao trabalho de psicólogas(os) no SUAS, ressalta-se o papel desses profissionais na produção de suportes de compreensão e intervenção junto à complexa rede que compõe a realidade social, sendo suas ações voltadas à garantia de direitos e ampliação da proteção social, tendo na família, o seu espaço privilegiado.

Assim, é fundamental a(ao) psicóloga(o) compreender as expressões da subjetividade de indivíduos e famílias diante de suas vivências cotidianas fruto da desigualdade social, discriminação racial, de gênero e demais manifestações geradas pela frágil ou mesmo ausência de acesso aos bens públicos materiais e imateriais produzidos na sociedade. Ao contrário do que comumente busca-se apartar ou definir enquanto atributo do que é subjetivo, considera-se que a subjetividade aqui referida não é atávica ao indivíduo, mas construída na objetividade da vida, na relação com o mundo. [...] Portanto, o SUAS se constitui para a Psicologia espaço sociocupacional para o desenvolvimento de práticas profissionais que exigem um posicionamento ético e político diante dos determinantes sociais da subjetividade (NERY, 2018, p.106).

Porém, essa nova possibilidade de atuação não levou necessariamente a produção de práticas diferentes das historicamente consolidadas no campo da Psicologia. Assim, como bem afirmam Seixas, Coelho-Lima, Fernandes, Andrade e Yamamoto (2016, p.438), “[...] a expansão de postos de trabalho para os psicólogos nas

políticas sociais tem remetido sucessivamente à discussão acerca da possível insuficiência da formação do psicólogo para lidar com essa nova realidade [...]”. Essa discussão nos remete a um debate sobre a formação do psicólogo.

Estudos como o de Souza e Scorsolini-Comin (2020), Scott et al (2019), Santos e Aranzedo (2020) apontam para uma formação inicial descontextualizada em relação às demandas vivenciadas no cotidiano do trabalho na Assistência Social. Ao mesmo tempo, também tem sido questionado se a presença de discussões em disciplinas específicas que se propõem a debater o cotidiano da política poderia garantir tal elemento formativo ao psicólogo.

Cordeiro e Curado (2017) pontuam que a formação para a atuação nesse campo não implica necessariamente em disciplinas que se debrucem de forma específica sobre o universo da Assistência Social. Afirmam que ainda que não abordem diretamente o SUAS como tema central, existem elementos curriculares que “[...] ensinam a organizar informações, promovem uma discussão sobre processos de produção de conhecimento, estimulam uma postura questionadora, curiosa, de busca de outras possibilidades de resposta para perguntas que, aparentemente, são simples de serem respondidas” (p.5).

Considerando os pontos aqui abordados, este trabalho tem o intuito de problematizar o modo como a Assistência Social é eventualmente abordada na formação de psicólogas(os), partindo de uma experiência de estágio docente realizada em uma instituição de ensino superior pública do estado do Paraná, como parte do rol de atividades propostas por um programa de Pós-Graduação em Psicologia da instituição, sendo uma atividade optativa disposta na grade curricular dos estudantes regulares.

2. MATERIAL E MÉTODO

Este trabalho compreende-se como um relato de experiência composto a partir de uma análise que parte de um viés qualitativo. Narita (2006) destaca que, para que seja possível o desenvolvimento de uma pesquisa qualitativa, é preciso estabelecer um conhecimento do contexto sociocultural e histórico do espaço a ser trabalhado. Assim, é necessária a compreensão dos indivíduos no meio em que estão inseridos, buscando analisar suas experiências em um determinado grupo e em uma determinada sociedade.

Pensando nas características de um relato de experiência, Cavalcante e Lima (2012, p.96) salientam que este método se trata de “uma ferramenta da pesquisa descritiva que apresenta uma reflexão sobre uma ação ou um conjunto de ações que abordam uma situação vivenciada no âmbito profissional de interesse da comunidade científica”.

A partir dos dois fundamentos indicados acima, buscamos descrever, de maneira geral, como foi o processo de construção e realização da disciplina “Psicologia e Assistência Social”, valorizando as experiências trazidas pelas duas estagiárias e pelo professor responsável pela supervisão de campo. Posteriormente, destacamos os pontos que mais nos chamaram a atenção, problematizando-os a partir do objetivo proposto, qual seja investigar a maneira com que o a Assistência Social é abordada na formação inicial dos(as) psicólogos(as).

O conjunto de dados analisados foi composto pelos conteúdos de discussões ocorridas em sala de aula a partir dos temas que foram abordados na disciplina - produzidos pelos responsáveis pela disciplina (estagiárias e professor), estudantes e psicólogos(as) que foram convidados a relatar suas experiências no campo da Assistência Social - bem como a análise teórica referente à formação de futuros psicólogos(as) e a abordagem da Assistência Social em suas formações. Para a análise teórica, foram realizadas leituras de materiais bibliográficos sobre a Psicologia no âmbito da Assistência Social, considerando aspectos relevantes para o desenvolvimento do trabalho e que foram utilizados como base para os estudos realizados ao longo da disciplina.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 Estágio Docente

De acordo com a Portaria nº 76/2010 da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), “o estágio de docência é parte integrante da formação do pós-graduando, objetivando a preparação para a docência, e a qualificação do ensino de graduação” (BRASIL, 2010, p. 8). Ao longo de um determinado período

de tempo e com variações no modo como acontece sua realização (o que são determinados por cada programa de *stricto sensu*), o estágio docente contempla uma aproximação da pós-graduação com o universo da formação inicial, através de uma ação integrada que inclui estudantes regulares, professores orientadores e docentes supervisores de estágio (que comumente são os professores responsáveis pelas disciplinas que recebem os estagiários).

Segundo Sengik, Timm e Stobäus (2019, p.982-983), o estágio docente é uma possibilidade de vivenciar atividades desenvolvidas em sala de aula, configurando-se como um laboratório que inclui “[...] não apenas as discussões sobre conteúdos e formas a serem trabalhadas com seus alunos, mas também a oportunidade de acompanhar o aprendizado do seu aluno e as implicações dessas interações[...]”.

A experiência de estágio em análise ocorreu ao longo de uma disciplina optativa denominada “Psicologia e Assistência Social”, ofertada aos estudantes do quarto ano do curso de graduação em Psicologia de uma universidade pública do estado do Paraná. Fizeram parte do estágio docente nessa disciplina duas mestrandas vinculadas ao programa de Pós-Graduação. O docente responsável pela disciplina também era professor permanente do mesmo programa.

A disciplina intitulada “Psicologia e Assistência Social” teve carga horária equivalente à 30h, ocorrendo no segundo semestre do ano letivo de 2018 enquanto disciplina optativa para os alunos integrantes da ênfase de Psicologia e Processos de Saúde. As aulas consistiram em apresentações e discussões sobre questões referentes ao trabalho de psicólogas(os) no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), envolvendo a concepção de trabalho social e os lugares da Psicologia nas modalidades de proteção (básica e especial), bem como modos de intervenção de psicólogas(os) no âmbito do SUAS e as interfaces com outras políticas públicas (saúde, educação, sistema judiciário, etc.).

Antes do início das aulas, as estagiárias, juntamente com o professor responsável por ministrar a disciplina, elaboraram uma proposta-base composto de cronograma, temas, proposta de avaliação e bibliografia básica para cada encontro. Ficou definido que a disciplina seria dividida em duas etapas. A primeira delas voltada para a discussão das bases da política de Assistência Social, seus conceitos fundamentais e estrutura de funcionamento e serviços. Para o segundo bloco, voltado para as práticas, foram

convidados profissionais que atuavam na referida política para relatar sua experiência de trabalho em sala de aula. Foi a partir desse campo de experiências que as problematizações aqui apresentadas foram desenvolvidas.

Por fim, quanto ao conjunto de dados utilizados para análise, foi composto pelos conteúdos de discussões ocorridas em sala de aula a partir dos temas que foram abordados na disciplina, materiais de suporte produzidos pelas estagiárias e professor, bem como a leitura e a análise teórica referente à formação de futuros psicólogos(os) e a abordagem da Assistência Social em suas formações.

3.2 A disciplina “Psicologia e Assistência Social”

Antes de adentrarmos as problematizações propriamente ditas, consideramos relevante destacar o fato que todos os envolvidos na construção do estágio possuíam histórico de trabalho vinculados à política de Assistência Social. O docente responsável pela disciplina teve uma experiência como psicólogo da secretaria de Assistência Social (trabalho anterior à atuação como docente na universidade) e ambas as estagiárias haviam tido experiências em diferentes serviços socioassistenciais. Assim, o lugar de fala desses três sujeitos que ocupam o espaço da docência encontra-se permeado por experiências que apontam, na prática, para as possibilidades e dificuldades do trabalho da Psicologia nesse campo, a partir da lacuna existente na formação de psicólogos(os).

O planejamento e cronograma das aulas ocorreram com a participação do professor e das estagiárias, buscando a distribuição dos temas de acordo com a carga horária disponível e de um modo que pudesse abranger ao máximo a atuação da Psicologia nos diversos serviços socioassistenciais, suas articulações com as demais políticas, seus limites e potencialidades, valorizando os relatos de experiência de profissionais da área no intuito de potencializar a relação teoria e prática.

Sobre o andamento da disciplina, na primeira semana de aula, o professor apresentou a ementa e conteúdo programático, discutindo brevemente sobre o histórico da Psicologia na Assistência Social, além de descrever o método de avaliação e abrir para dúvidas e sugestões. Na semana posterior, direcionou a aula para a discussão a respeito da Política de Assistência Social no Brasil, apresentando os documentos

oficiais que tratam sobre sua criação, organização e execução dos serviços nos municípios brasileiros.

O terceiro encontro teve como foco a inserção da Psicologia nos serviços socioassistenciais no Brasil e foi mediado por uma das estagiárias que apresentou quais os tipos de demandas inicialmente chegavam aos psicólogos. Discutiu-se como a Psicologia se posicionou diante destas, enfatizando os desafios enfrentados pelos profissionais neste campo novo e extremamente diverso do que até então se aprendia na universidade.

O quarto encontro também foi ministrado por uma das estagiárias, que abordou a questão do trabalho de psicólogos na proteção social básica, em especial como estes profissionais podem atuar nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), contando com relatos de experiência da própria estagiária.

No quinto encontro, levando em consideração a experiência da estagiária que estava mediando a aula, foi realizada uma discussão sobre o PAIF (Proteção e Atendimento Integral à Família), serviço que integra o serviço de proteção social básica do SUAS, apresentando quais documentos embasam o trabalho nessa perspectiva, e relatando experiências de trabalho vivenciadas neste tipo de serviço.

No sexto encontro, enfatizou-se como ocorre o trabalho no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, o qual se organiza de acordo com a faixa etária do público atendido, ofertando espaços para atividades coletivas que visam garantir os vínculos das famílias e da comunidade de determinado território. A discussão ocorreu com a participação de um técnico atuante nesse serviço em uma entidade que atende crianças e adolescentes do município, que relatou, de forma detalhada, importantes vivências sobre o cotidiano de trabalho.

A sétima aula prevista tratou-se da realização de entrevistas com psicólogas(os) atuantes em serviços de proteção social básica, sendo uma das atividades de avaliação. Para tanto, os estudantes dividiram-se em grupos e coletaram informações a respeito do trabalho realizado por psicólogas(os) nos CRAS de todas as regiões do município, e em serviços de convivência e fortalecimento de vínculos voltados para crianças e adolescentes.

O oitavo encontro foi o último a ser mediado pelas estagiárias. Nele, iniciaram-se as discussões sobre o trabalho da Psicologia no serviço de proteção social especial. A

estagiária responsável propôs um debate acerca de instâncias da proteção social especial que tem como foco a proteção de mulheres que passaram por situação de violência. Também foram enfatizadas as referências técnicas propostas pelo Conselho Federal de Psicologia para a atuação de psicólogos(os) em programas de atenção às mulheres em situação de violência.

No nono encontro, tivemos a participação de uma psicóloga atuante no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), responsável por atender os casos de violência contra criança e adolescente. A partir de sua fala, evidenciou-se o quanto o serviço enfrenta os desafios de realizar o seu trabalho de modo efetivo, já que o número de profissionais atuantes não é suficiente para atender ao público, também pelo fato de haver uma demanda crescente do poder judiciário, que culmina em uma quantidade significativa de elaboração e despacho de documentos, diminuindo ainda mais as ações voltadas diretamente ao público-alvo.

Na aula seguinte, a turma teve a oportunidade de conversar com uma psicóloga atuante em outra modalidade de CREAS, responsável pelo atendimento de adolescentes em conflito com a lei, discutindo sobre as atividades ofertadas no serviço, assim como relatos de alguns casos atendidos por ela.

No encontro onze, uma psicóloga atuante no serviço de atendimento às pessoas em situação de rua esteve presente para falar sobre sua vasta experiência com esse público, tanto na política de Assistência Social como na política de Saúde. As situações por ela relatadas possibilitaram uma aproximação à realidade cotidiana de trabalho com uma população que em sua maioria já não possui qualquer vínculo familiar e comunitário e que não tem acesso às diversas políticas públicas.

Na última aula, a discussão foi voltada ao serviço de acolhimento institucional, tendo como convidada uma psicóloga que teve uma experiência de trabalho em uma entidade que realiza esse tipo de trabalho com crianças. O relato de sua vivência trouxe o conflito existente entre a teoria aprendida em sala de aula e a realidade do trabalho além das dificuldades enfrentadas pela pluralidade de demandas que ultrapassavam o trabalho do psicólogo.

Encerrando-se os conteúdos programados, os encontros restantes tiveram por foco a realização de atividades avaliativas. Uma delas consistiu na entrevista com

psicólogas(os) atuantes nos diversos serviços da rede socioassistencial. Em outra atividade, os/as estudantes analisaram um estudo de caso proposto pelo professor e estagiárias.

Cabe ressaltar que, apesar de ser uma disciplina optativa, houve certa obrigatoriedade de matrícula, visto que a grade do curso de Psicologia não dispôs de outras disciplinas optativas para que os alunos pudessem efetivamente realizar uma escolha. Tal ponto ficou evidente na primeira semana de aula que contou com a presença de aproximadamente 50 alunos (sendo que na primeira oferta da disciplina, no ano anterior, o número não passou de 15 participantes). A participação reduziu drasticamente nas semanas posteriores, o que pode indicar baixa identificação ou interesse pelo tema da disciplina. Alguns estudantes apenas vieram na última semana de aula na qual foi marcado um fórum de debates sobre as atividades avaliativas.

A respeito disso, ao longo das semanas de aula, tornava-se evidente que os alunos que mais interagiram, perguntando, respondendo, relatando experiências vivenciadas por eles, eram os que tinham algum contato com os serviços socioassistenciais ou mesmo com outras políticas públicas que de algum modo dialogam com a Política de Assistência Social. Notamos que a maioria das experiências relatadas era advinda de estágios e projetos de extensão vinculados à própria universidade. Todavia, com exceção da oferta no ano anterior, observa-se que nenhuma disciplina propriamente dita a respeito deste tema havia sido ofertada anteriormente.

De modo geral, ressaltamos que os encontros que contaram com profissionais que atuam ou atuaram na área da Assistência Social relatando suas experiências nos serviços, assim como as atividades avaliativas, serviram como dispositivos de trocas de vivências, facilitando a visualização dos estudantes sobre como ocorre o cotidiano de um profissional da Psicologia nas mais diversas instâncias da política de Assistência Social.

3.3 A política de Assistência Social na formação de psicólogas(os)

Tomando como análise todas as disciplinas que foram ofertadas durante o ano letivo de 2018 no curso de Psicologia da universidade que aqui nos referimos, nota-se que a disciplina “Psicologia e Assistência Social” foi a única voltada à ênfase do

trabalho de psicólogas(os) no âmbito da política e no trabalho no campo da Assistência Social, o que mostra a existência de uma carência de espaços de discussão em relação ao ensino desta política aos futuros profissionais.

Tal fato é ressaltado não somente nesta IES em específico, mas apresenta-se como uma problemática comum nos contextos de diversas universidades. É o que compreendem Cordeiro e Curado (2017, p.3), quando enfatizam que cursos de Psicologia acabam dando pouco atenção à política de Assistência Social, ao afirmar que “há um grande descompasso entre a formação acadêmica em Psicologia e o cotidiano de trabalho no SUAS”.

Esta problemática se torna ainda mais preocupante quando tomamos como referência o número de psicólogas(os) atuando no campo da Assistência Social atualmente. De acordo com Cordeiro, Svartman e Souza (2018), 22 mil profissionais da Psicologia atuam em serviços de Assistência Social, o que equivale à 08% das(os) psicólogas(os)a brasileiras(os). Neste sentido, um preparo insuficiente durante a formação pode acarretar dificuldades nos cotidianos laborais desses profissionais: “o despreparo acaba gerando ansiedade, angústia, tensão, incômodo e uma ‘sensação de estar perdido’ em relação à própria atuação e ao lugar que ocupa na política” (CORDEIRO; CURADO, 2017, p.03).

Visto isso, cabe ressaltar o que é destacado por Romagnoli (2012) ao afirmar que a Assistência Social exige uma metodologia de trabalho interdisciplinar, metodologia essa que precisa ser trabalhada desde os anos de formação de profissionais que possam estar vinculados aos serviços socioassistenciais. Para Lewgoy (2016), interdisciplinaridade consiste na colaboração de diferentes áreas para evitar “a hipertrofia de uma fundamentação unidimensional e uma intervenção puramente técnica-profissional” (p. 153), exigindo dos profissionais uma série de requisitos, entre eles a flexibilidade.

Nery (2018) afirma que a interdisciplinaridade no SUAS representa a constante construção de diálogos entre profissionais sobre os processos de trabalho coletivos. A autora destaca que as intervenções nos setores socioassistenciais devem ser pautadas na articulação, conjunção e compartilhamento de conhecimentos, e também de afetos. Os profissionais, para esse trabalho em conjunto, devem se basear em uma

multidimensionalidade de realidades sociais as quais irão se deparar, e numa horizontalidade de saberes profissionais, fornecendo processos interventivos de forma coletiva.

Cruz e Guareschi (2014) apontam os desafios da Psicologia no que diz respeito a interdisciplinaridade, compreendendo que estes se encontram presentes na construção de ferramentas teórico-metodológicas para o desenvolvimento de ações, e no diálogo de distintas áreas do conhecimento, visando modos de pensar e intervir junto ao público-alvo da Assistência Social.

Problematizando a experiência do estágio docente em particular, nos deparamos com a dificuldade de pensar a Assistência Social de forma interdisciplinar, tendo em conta que, como já foi comentado anteriormente, ao longo da disciplina, profissionais de diferentes setores puderam relatar sobre suas vivências. Entretanto, todos os profissionais que foram convidados para fazer parte de nossas atividades eram do campo da Psicologia, mostrando apenas perspectivas de uma das áreas que atuam na linha de frente do SUAS.

Para além, foi possível observar na experiência de estágio que, mesmo com tentativas de inserção de um debate interdisciplinar, não havia contrapartida por parte dos alunos. Isso parece refletir um modelo de formação pautado pela formulação e fortalecimento de uma identidade profissional não apenas relacionada ao campo de atuação, como também e principalmente, pelas teorias que embasam as práticas vivenciadas ao longo do curso.

Ainda que a produção do conhecimento atrelado à política socioassistencial chegue aos estudantes através da presença de disciplina voltada às políticas públicas ou como tema em pesquisas e ações de extensão (o que auxilia na formação de uma postura ética por parte de profissionais), é possível indicar a partir da experiência, que a ausência de uma discussão transversal sobre o tema dentro da proposta curricular de curso acaba enfraquecendo a existência de uma disciplina específica sobre o tema, o que acaba por reiterar o caráter marginal da relação da Psicologia com a Assistência Social nos espaços de formação.

Mas, um ponto de destaque de extrema importância são as produções de vivências que fazem com que esses profissionais e futuros profissionais possam acolher, escutar, dar suporte aos sujeitos de maneira qualificada.

Além de perseguir essa postura ético-política, entendemos que é preciso que esses psicólogos conheçam a família brasileira e os diferentes arranjos familiares presentes nas camadas sociais, contextualizando histórica e socialmente esses grupos, evitando assim julgamentos transcendentais e depreciativos dos usuários do SUAS (ROMAGNOLI, 2012, p. 124).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Destacando as experiências do estágio docente aqui relatadas, percebemos certa carência em relação a forma que o campo da Assistência Social é abordado na graduação em Psicologia da IES que tomamos como referência. Para tal, levamos em consideração os relatos dos alunos, que disseram que durante a graduação ainda não havia sido ofertada nenhuma disciplina que tratava especificamente sobre o universo do SUAS, sendo que a disciplina que tomamos como referência no estágio docente foi uma iniciativa de cunho puramente individual por parte do professor proponente.

Vale ressaltar que sendo a disciplina “Psicologia e Assistência Social” optativa, apenas uma parcela do total de estudantes do curso acabou tendo algum contato com a política. Para além disso, também não tem a obrigatoriedade de ser ofertada, o que faz com que a discussão fique restrita a outros espaços de formação (estágios e/ou projetos de pesquisa e extensão) o que diminui ainda mais esse número. Em 2019, a proposta do curso de Psicologia da universidade passou por uma reformulação e a disciplina foi extinta.

Como ressaltam Cordeiro e Curado (2017), há a necessidade de se criar condições para que os estudantes, ao dar atenção à Política de Assistência Social, contem com apoio para o enfrentamento de desafios cotidianos, trocas de vivências, articulação entre áreas do conhecimento, e possam reconhecer-se no lugar do outro, sendo essa uma atividade tão importante quanto os conhecimentos teóricos e práticos adquiridos durante a graduação, construindo-se, assim, profissionais capacitados.

Assim, o que destacamos neste trabalho é a necessidade de trocas de vivências, apoio para enfrentar os desafios cotidianos, articulação entre as diversas áreas do conhecimento, e, acima de tudo, que possam ter noção de que a capacidade de se

reconhecer no lugar do outro é tão importante quanto os conhecimentos teórico-práticos que são propostos durante a formação.

Para que essa condição possa se tornar uma realidade, é preciso que o SUAS obtenha lugar de destaque no que diz respeito à formação de psicólogas e psicólogos, estando presente não apenas em disciplinas específicas, mas também em projetos de pesquisa e extensão, campos de estágio, pesquisas de pós-graduação, entre outros. Assim, a Assistência Social pode tornar-se tão visível quanto outras áreas no contexto proposto para a formação dos futuros profissionais.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social - PNAS**. Ministério do desenvolvimento social e combate à fome. Secretaria nacional de Assistência Social. Brasília, 2004. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf. Acesso em: 08/jan./2021.

BRASIL. Portaria Capes nº 76, de 14 de abril de 2010. REGULAMENTO DO PROGRAMA DE DEMANDA SOCIAL – DS. Disponível em http://www.sr2.uerj.br/dcarh/download/Portaria_076_RegulamentoDS.pdf. Acesso em 09/fev./2021.

CAVALCANTE, B. L. L; LIMA, U. T. S. Relato de experiência de uma estudante de Enfermagem em um consultório especializado em tratamento de feridas. **Journal of Nursing Health**, v. 1, n. 2, p. 94-103, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/enfermagem/article/view/3447/2832>. Acesso em: 08/fev./2021.

CORDEIRO, M. P; CURADO, J. C. Psicologia na Assistência Social: um campo em formação. **Psicologia & Sociedade**, v. 29, p. 01-11, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v29/1807-0310-psoc-29-e169210.pdf>. Acesso em: 28/nov./2020.

CORDEIRO, M. P; SVARTMAN, B; SOUZA, L.V. **Psicologia e Assistência Social: um campo de saberes e práticas**. São Paulo: Instituto de Psicologia, 2018. Disponível em: <http://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/download/212/191/890-1?inline=1>. Acesso em: 16/jan./2021.

COSTA, A. F. S; CARDOSO, C. L. Inserção do psicólogo em Centros de Referência de Assistência Social – CRAS. **Gerais: revista interinstitucional de psicologia**, v. 3, n. 2, p. 223-229, 2010. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/gerais/v3n2/v3n2a11.pdf>. Acesso em: 15/jan./2021.

CRUZ, L. R; GUARESCHI, N. M. F. Articulações entre Psicologia Social e Políticas Públicas na Assistência Social. In: CRUZ, L.R; GUARESCHI, N. M. F. (Orgs.). **O psicólogo e as Políticas Públicas de Assistência Social**. Petrópolis: Vozes, p. 15-31, 2014.

LEWGOY, A. M. B. Interdisciplinaridade. In: FERNANDES, R. M. C; HELLMANN, A. (Org.). **Dicionário crítico: Política de Assistência Social no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 153-156, 2016.

NERY, V. A psicologia no SUAS: interdisciplinaridade nos contextos de trabalho. In: CORDEIRO, M. P; SVARTMAN, B; SOUZA, L. V. (Orgas.). **Psicologia na Assistência Social: um campo de saberes e práticas**. São Paulo: Instituto de Psicologia, p. 96-113, 2018.

OLIVEIRA, I. F; DANTAS, C. M. B; SOLON, A. F. A. C; AMORIN, K. M. O. A prática psicológica na proteção social básica do SUAS. **Psicologia & Sociedade**, v.23, p. 140-149, 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822011000400017&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 21/jan./2021.

ROMAGNOLI, R. C. O SUAS e a formação em Psicologia: territórios em análise. **ECOS**. v. 1, n. 2, p. 120-132, 2012. Disponível em: <http://www.periodicoshumanas.uff.br/ecos/article/view/683>. Acesso em: 18/jan./2021.

SANTOS, M.E.; ARANZEDO, A.C. Psicologia no CRAS articulada ao sistema de garantia de direitos. **ECOS – Estudos Contemporâneos da Subjetividade**. V.10, n.1, p.2-10, 2020.

SENGIK, A. S. ; TIMM, J. W. ; STOBASUS, C. D. Estágio docente como prática pedagógica. **ETD: Educação Temática Digital**, v. 21, p. 979-993, 2019.

SCOTT, J.B. et al. Desafios da atuação do psicólogo em centros de referência da assistência social (Cras). **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia**, v. 12, n. 1, p. 125-141, 2019.

SOUZA, L.V; SCORSINI-COMIN, F. Sentidos sobre o/a Psicóloga/o no CRAS na Literatura Científica. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**. v.20, n.1, p.53-72, 2020.

Credenciais da/os autora/es

GRISOSKI, Daniela. Doutoranda em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Mestra em Psicologia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL) graduada em Psicologia pela Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná (UNICENTRO).  Orcid: 0000-0003-3848-5704 E-mail: grisoskidaniela@gmail.com

GALVÃO, Sandra Regina. Psicóloga na Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Mestra e graduada em Psicologia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL).  Orcid: 0000-0003-4454-0984 E-mail: sandragalvao05@gmail.com

SILVA, Rafael Bianchi. Docente do Departamento de Psicologia Social e Institucional da Universidade Estadual de Londrina (UEL) e Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Estadual de Londrina. Doutor em Educação pela Universidade Estadual de São Paulo (UNESP/Marília).  Orcid: 0000-0002-1170-7920 E-mail: rafael.bianchi@uel.br

Endereço para correspondência: Daniela Cecilia Grisoski. Rua José Freitas dos Santos. Chalé n. 09, Engenheiro Gutierrez, CEP: 84505-550, Irati/Paraná. E-mail: grisoskidaniela@gmail.com

Recebido: 10/02/2021.

Aceito: 20/02/2021.